

**RENAN TELES
CAMPOS DE CARVALHO**

O direito pós-ditadura em juízo

**aplicação do
Direito Internacional Penal
nas transições
sul-americanas**

**EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2025**

2.2.2 Bolívia: sem anistia, com impunidade	91
2.2.3 Brasil: a anistia fundante	97
2.2.4 Chile: o efeito Garzón	102
2.2.5 Paraguai: “transição, mais ou menos”	107
2.2.6 Uruguai: uma justiça em labirintos	110
2.3 Uma nova artilharia: a implementação do Estatuto de Roma na ordem jurídica interna	116
3 O direito internacional penal e a luta contra o esquecimento: a imprescritibilidade.....	125
3.1 A imprescritibilidade no direito internacional penal	126
3.1.1 A imprescritibilidade como atemporalidade jurídica: demarcações entre o tempo, a lembrança e o esquecimento... ..	126
3.1.2 O processo de codificação da imprescritibilidade.....	129
3.1.3 A imprescritibilidade nas jurisdições internacionais penais	135
3.2 Os juízos pós-ditadura e a imprescritibilidade.....	139
3.2.1 As hipóteses de rejeição integral	139
3.2.1.1 O Brasil e a res inter alios acta.....	139
3.2.1.2 O Uruguai e o tempo em suspensão.....	143
3.2.2 As hipóteses de acolhimento integral.....	145
3.2.3 A deturpação do tempo: a prescrição parcial	150
4 Os crimes internacionais e a elaboração jurídica do passado nos juízos pós-ditadura.....	155
4.1 A construção do elemento sistemático nos juízos penais pós-ditadura.....	156

4.1.1 O ataque generalizado ou sistemático contra a população civil: elementos normativos	156
4.1.2 O sistemático como substantivação da política criminosa	161
4.2 Reconstituindo as fronteiras entre os crimes contra a humanidade e o genocídio nacional: o projeto de reorganização do social	173
Conclusão	189
Referências.....	201